

Influência da logística na qualidade da alimentação escolar

Josely Ferreira Garcia¹

Maurício Rodrigues Peralta²

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais importantes programas de atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Sabe-se que, como nas organizações privadas, o setor público depende de uma gestão logística eficiente para alcançar os resultados almejados, principalmente nas políticas públicas. Dessa forma, o objetivo deste artigo é verificar os problemas de logística existentes no setor de alimentação escolar e como afetam a qualidade do cardápio ofertado na rede municipal de ensino de Aparecida do Taboado-MS e a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Realizou-se pesquisas qualitativas, por meio de questionário, junto aos servidores das unidades escolares e do setor de alimentação escolar municipal. Foram identificados como principais comprometedores da qualidade da alimentação escolar no município o processo licitatório e chamamento público tardios e atrasos nas entregas pelo fornecedor.

Palavras chave: Alimentação escolar. Logística. Agricultura familiar.

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) is one of the most important programs for universal school attendance and for guaranteeing the human right to adequate and healthy food. As in private organizations, the public sector depends on efficient logistics management to achieve the desired results, especially in public policies. Thus, the objective of this article is to verify the logistical problems in the school feeding sector and how they affect the quality of the menu offered in the municipal school of Aparecida do Taboado-MS and the acquisition of foodstuffs from family farming. Qualitative surveys were conducted through a questionnaire with the servers of the school units and the municipal school feeding sector. The main compromising of the quality of school feeding in the municipality were identified the late bidding process and public call and delays in delivery by the supplier.

Keywords: School feeding. Logistics. Family farming.

¹ UEMS. Aluna do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública, Artigo de Conclusão de Curso. E-mail: joselynutri@yahoo.com.

² UEMS. Professor do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública. Professor da disciplina de gestão logística. E-mail: mauriciorperalta@hotmail.com.

1. Introdução

A logística é um procedimento eficaz de planejamento, implementação e controle interligado do fluxo de materiais e dados, do começo ao fim, tendo como finalidade atender as necessidades e exigências de qualidade impostas pelos consumidores. (SILVA *et al.*, 2015)

Segundo Rosa (2012), a logística gera valor para os clientes, fornecedores e todas as organizações envolvidas nos processos logísticos. O resultado de uma organização comumente gera quatro tipos de valor: forma, tempo, lugar e posse. A logística é responsável pela metade do valor agregado a um produto: tempo e lugar. O produto possui valor caso esteja com o cliente quando (tempo) e onde (lugar) ele necessita. A manutenção de estoques bem distribuídos na sua região de atuação responde, na logística, pelo valor tempo, pois dessa forma é possível melhorar o processo de entrega e atender o cliente no prazo contratado. Para agregar o valor lugar, a logística se utiliza de diversos modais de transporte para deslocar o produto até o local que o cliente necessita.

A coordenação das diferentes atividades que compõem a logística visam obter os menores custos logísticos que atendam ao Nível de Serviço (qualidade na ótica do cliente) que o cliente contratou e é denominada Gerenciamento da Logística. O conjunto de integrantes e de etapas que compõem a logística de um produto é denominado processo logístico. Logo, é composto pelos fornecedores; organização privada, indústria ou órgão público; clientes.

O Nível de Serviço deve ser definido, em contrato, antes de se iniciar uma atividade. Para tal definição são recomendadas três etapas: pré-transação, transação e pós-transação. Na pré-transação ocorre a negociação, o estabelecimento do Nível de Serviço contratado. Já a transação é a etapa na qual o processo logístico realmente acontece. É preciso administrar os níveis de estoque, prazos e o transporte. Por fim, na etapa de pós-transação ocorre o atendimento a queixas e a reclamações do cliente, bem como pesquisa de satisfação do cliente para verificar se o nível de serviço contratado foi alcançado. Essa última etapa permite à organização aprimorar o serviço ou, até descobrir um novo serviço que possa ser prestado. (ROSA, 2012).

É inegável a importância da logística numa escala global, tanto que Vaz e Lotta (2011) afirmam que a excelência das operações logísticas de uma empresa é vital para sua sobrevivência em mercados cada vez mais internacionalizados, competitivos e oligopolizados.

As organizações públicas também utilizam a logística, pois precisam adquirir materiais para a realização de suas atividades e prestação de serviços públicos. Entretanto, as funções logísticas de uma organização pública têm peculiaridades que as distinguem de suas correlatas no setor privado. Nas organizações privadas, a gestão logística eficiente almeja cortar custos e, desse modo, aumentar os lucros e quem define o nível de serviço é o cliente final. Enquanto isso, no setor público, também busca-se reduzir os custos, porém sem comprometer o atendimento ao interesse público, prestando serviços de boa qualidade e dentro da legalidade. Aqui, muitas vezes, o nível de serviço é definido por lei.

No setor público, a gestão de políticas públicas normalmente envolve operações de aquisição, distribuição, estocagem, armazenamento e manuseio de materiais. Logo, o processo logístico, principalmente a administração de materiais, está sempre presente, e é essencial para que se atinja o sucesso almejado.

Neste contexto, este artigo tem por objetivo identificar os problemas relacionados à logística na alimentação escolar do município de Aparecida do Taboado-MS e relacionar a influência dos mesmos na qualidade do cardápio ofertado aos alunos e na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Este trabalho se estrutura em sete seções: a primeira se destina à introdução; a segunda seção aborda a estrutura do PNAE, com uma breve descrição sobre o programa e a importância de seus princípios e diretrizes. Na terceira seção, é feita uma abordagem acerca dos tipos de gestão da alimentação escolar, com ênfase para a gestão centralizada. A quarta seção trata sobre a agricultura familiar e como as compras institucionais, especialmente por meio do PNAE, são essenciais para o fortalecimento da categoria. Na quinta seção temos o objeto de estudo. A sexta seção apresenta a metodologia em que o trabalho foi realizado. Em seguida, são mostrados os resultados e discussões dos dados analisados e, por fim, a conclusão.

2. A estrutura do Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC) e atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, filantrópicas e comunitárias (conveniadas com o poder público) do país. É considerado um dos maiores e mais abrangentes programas do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os recursos financeiros são repassados

pelo governo federal, em 10 parcelas mensais (fevereiro a novembro), diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento, para a cobertura de 200 dias letivos¹. A aquisição dos gêneros alimentícios é de responsabilidade dos Estados e Municípios, que devem obedecer aos critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, que tratam de licitações e contratos na administração pública. Os recursos repassados destinam-se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. (BRASIL, 2014)

O governo federal, por meio de resolução, definiu que, no mínimo, 70% dos recursos repassados devem ser gastos com alimentos básicos, que as quantidades de açúcar, sal, gorduras totais, saturadas ou gorduras trans devem obedecer aos limites previstos na legislação e que o cardápio escolar deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais. Bem como, estabeleceu os princípios e as diretrizes do PNAE. Segundo Libermann e Bertolini (2015), tais diretrizes sugerem o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a descentralização das ações e a articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; e o apoio ao desenvolvimento sustentável. Ainda, Issa *et al.* (2014) afirma que o programa preconiza o desenvolvimento da criança e a melhoria de seu rendimento escolar por meio da oferta de uma alimentação saudável, em condições higiênico-sanitárias seguras e em consonância com a cultura e a tradição da população.

3. Gestão da alimentação escolar

Para a operacionalização do PNAE cabe às Entidades Executoras (EEx) escolher a forma de gerir os recursos e montar uma infraestrutura mínima para preparação das refeições. O tipo de gestão da alimentação escolar pode ser: descentralizada, semi-descentralizada ou ter-

¹ Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,53.

ceirizada. A gestão centralizada é a mais adotada. Nesse modelo de gestão, o setor de alimentação escolar gerencia o recurso, desde a compra dos gêneros alimentícios até a distribuição, que pode ser realizada de três formas:

- os gêneros alimentícios são armazenados em um estoque central e, posteriormente, distribuídos às escolas para o preparo das refeições;
- os produtos são entregues diretamente nas escolas e;
- a entidade executora possui cozinhas-piloto onde as refeições são preparadas, e posteriormente, transportadas para as escolas.

Na gestão centralizada os gêneros alimentícios podem ser adquiridos com um preço mais baixo devido ao grande volume comprado. Porém, há a necessidade de um maior controle do armazenamento, para que não ocorra desperdício. A falta de uma equipe habilitada e específica para esta atribuição e de um espaço físico suficiente para sua adequada execução podem agravar o problema. (SANTOS; COSTA; BANDEIRA, 2016)

Algumas situações frequentes no cenário público comprometem a eficiência da logística e o nível de serviço ofertado. Dentre elas, pode-se listar, de acordo com Vaz e Lotta 2011: as restrições de ordem legal, a fragmentação das responsabilidades derivada do funcionamento do sistema político e os obstáculos decorrentes de disfunções burocráticas. Quando presentes, tais fatos podem gerar demora nos processos de aquisição de suprimentos, a aquisição de produtos e serviços inadequados e perdas e faltas de materiais de estoque.

Sousa et al. (2016) enfatiza que a gestão eficiente de insumos é indispensável para a correta manutenção das atividades escolares das instituições públicas. A atuação com baixos níveis de estoque pode acarretar a falta de alimentos para a produção da merenda escolar, enquanto a manutenção de estoques excessivos pode ser onerosa ao setor público, oferecendo, dentre vários riscos, o de desperdício por deterioração ou expiração do prazo de validade.

Há três razões para falhas no planejamento de estoque: variações de demanda não previstas, problemas no sistema de transporte da organização não previstos e erro técnico do próprio planejamento. (ROSA, 2012).

Na alimentação escolar não há variações significativas de demanda, logo os problemas mais comuns são atrasos na entrega pelo fornecedor e erros no planejamento, como a

demora na realização do pedido pelo agente público e licitação dos gêneros alimentação realizada tardiamente. Nota-se, mais uma vez, o quanto um processo logístico eficiente é fundamental na gestão da merenda escolar.

4. Agricultura Familiar e o PNAE

A agricultura familiar possui como fundamentos principais a gestão feita pela família, sendo seu trabalho preponderante, e a possibilidade de um modo de produção sustentável, que garanta a preservação do estabelecimento, passado de geração em geração. (MARQUES; BARATA; ALVES, 2016)

Oportunamente, Silva; Dias e Junior (2015) afirmam que os gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar representam 52% do total de alimentos produzido no País.

Em 16 de junho de 2009, foi instituída a Lei nº 11.947, a qual determina que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo PNAE aos estados e municípios seja investido em gêneros alimentícios provenientes diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas e estes gêneros devem ser priorizados nos cardápios da alimentação escolar.

As compras institucionais é uma das mais importantes políticas públicas para a agricultura familiar nos últimos anos e, desde 2009, o PNAE vem contribuindo fortemente para o fortalecimento dessa categoria. Porém, para fornecer alimentos para a alimentação escolar os agricultores familiares costumam esbarrar em questões como logística, regularidade de produção, qualidade e quantidade da produção, planejamento, burocracia e questões sanitárias. Sendo que a logística tem sido uma das maiores dificuldades no escoamento da produção até as escolas, principalmente na atividade transporte. (SILVA *et al.*, 2013)

Para amenizar as barreiras encontradas por esses pequenos produtores, permitiu-se comprar dos mesmos a partir de Chamadas Públicas (CPs), dispensando-se o processo licitatório.

Estudos indicam que a compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE tem demonstrado resultados positivos, indicando aumento na disponibilidade e na quantidade de

alimentos de qualidade nutricional superior, como frutas, verduras e legumes, e a valorização de produtos da cultura alimentar da região. (TRICHES e SILVESTRI, 2018)

5. Objeto de estudo

Dado o caráter essencial da alimentação escolar para o desenvolvimento do aprendizado e a complexidade para que se obtenha o nível de serviço adequado, foi realizado levantamento sobre a logística da alimentação escolar municipal de Aparecida de Taboado-MS durante o ano de 2018.

O município conta com 09 (nove) unidades escolares, sendo cinco (05) escolas municipais de ensino fundamental, três (03) centros municipais de educação infantil de período integral e um (01) centro municipal de educação infantil de período parcial. De acordo com o Censo Escolar, em 2018 a rede municipal de ensino contava com 2335 alunos.

A gestão da alimentação escolar é centralizada e a distribuição dos alimentos é realizada, pelo fornecedor, diretamente nas unidades escolares, onde são produzidas as refeições.

O setor de alimentação escolar é subordinado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e conta com duas servidoras públicas efetivas: uma nutricionista e uma assistente administrativa – chefe de setor. Os pedidos são realizados pela nutricionista, de acordo com a necessidade de cada unidade para seguir o cardápio. Emite-se um pedido interno para o setor de compras (subordinado à Secretária de Administração) que realiza, efetivamente, o pedido ao fornecedor.

A periodicidade dos pedidos depende do gênero alimentício e da localização do fornecedor. Os fornecedores instalados no município, bem como aqueles que fornecem hortifruti-granjeiros recebem pedidos semanais. Aos demais fornecedores são emitidos pedidos quinzenais.

6. Metodologia

Para analisar a situação, optou-se pela pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, pois proporciona maior conhecimento e entendimento das causas e dos efeitos da problemática. Já quanto às técnicas de coleta de informações, após minuciosa leitura dos instrumentos de pesquisa qualitativa existentes. Foi aplicado um questionário no período de 03 a

14 de junho de 2019. As perguntas foram distribuídas nos seguintes eixos: dificuldades das unidades para seguir o cardápio; motivos que ocasionaram a falta de algum alimento; situação dos estoques; qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos; avaliação dos gêneros alimentícios e dos fornecedores da Agricultura Familiar.

O questionário foi aplicado aos servidores envolvidos na alimentação escolar do município, dentre eles: cozinheiras, auxiliares de cozinha, diretoras, coordenadores (as) e a assistente administrativa-chefe do setor de alimentação escolar. Ao todo 25 servidores, distribuídos por todas as unidades escolares e uma servidora do setor de alimentação escolar, responderam o questionário.

7. Resultados e discussão

Podemos analisar no quadro abaixo os problemas observados com maior frequência:

SITUAÇÃO	PROBLEMAS VERIFICADOS	SUGESTÕES PARA MELHORIA
Dificuldade para seguir o cardápio	Ausência do produto.	_____
Motivo pelo qual faltou algum alimento	Atraso na entrega; Atraso no processo licitatório.	Penalização dos fornecedores; Planejamento do processo licitatório.
Situação do estoque	Espaço insuficiente para armazenar perecíveis.	Aumentar a quantidade de freezer/ refrigeradores; Menor intervalo entre entregas.
Qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos por empresas	Problema na entrega de alimentos congelados.	Fornecedor de congelados ser instalado no município.
Considerações sobre os produtos da Agricultura Familiar	Não cumprimento do contrato por parte de alguns fornecedores.	_____

Quadro 1 – Elaborado com base nas respostas do questionário aplicado

Os resultados obtidos foram elencados por eixo para melhor compreensão dos dados da pesquisa:

- Dificuldades das unidades escolares para seguir o cardápio: O maior problema elencado foi a falta do gênero alimentício no dia em que, de acordo com cardápio, deveria ser preparado. Em situações como esta o cardápio do dia sofreu alteração.

- Motivos que ocasionaram a falta de algum alimento: O atraso nas entregas foi o maior responsável pela ausência de determinado alimento no cardápio servido. Ainda, a realização tardia de processo licitatório/chamamento público também foi responsável por tal problema. Houve uma unidade escolar, mais precisamente um centro de educação infantil de período integral, onde a quantidade de alguns suprimentos entregue foi insuficiente até a próxima entrega, sendo necessário remanejamento de suprimentos de outra unidade. Tal fato se deu devido à ampliação no atendimento da unidade, sendo que o número de crianças atendidas foi aumentando gradativamente durante o ano letivo.
- Situação dos estoques: O maior problema enfrentado foi a deficiência de espaço para armazenar os produtos perecíveis. Algumas unidades contavam com apenas um freezer, tornando impossível estocar produtos que necessitam permanecer congelados² por um período maior que duas semanas. Também há deficiência, em alguns locais, de refrigeradores para conservar os hortifrutigranjeiros para o consumo semanal.
- Qualidade dos gêneros alimentícios e das empresas fornecedoras: verificou-se atrasos frequentes nas entregas, principalmente se tratando das empresas fornecedoras instaladas em outros municípios. Um outro problema enfrentado em 2018 foi em relação ao fornecedor de carnes, que em uma determinada entrega os produtos (carne bovina, frango e filé de tilápia) estavam em processo de descongelamento. Em umas das unidades, mesmo a carne bovina estando congelada no ato da entrega, foi necessário solicitar a substituição, pois estava deteriorada.
- Avaliação dos gêneros alimentícios e dos fornecedores da Agricultura Familiar: Os produtos advindos da Agricultura Familiar apresentavam melhor qualidade ao serem comparados com aqueles fornecidos por empresas. As entregas normalmente aconteceram dentro do prazo estipulado. Ainda, notou-se maior facilidade para dialogar e resolver problemas com esses fornecedores do que com os representantes das demais empresas. Ressalta-se, no entanto, que alguns produtores não conseguiram honrar o contrato firmado ou cumpriram-no parcialmente devido ao enfrentamento de problemas na produção.

Como pudemos ver, vários problemas logísticos foram identificados na alimentação escolar do município por meio deste estudo. Um importante problema de logística encontrado

² Na alimentação escolar da rede municipal de ensino de Aparecida do Taboado –MS são utilizados os seguintes gêneros alimentícios que necessitam permanecer congelados durante o armazenamento: carne bovina moída, carne bovina pedaço, coxa/sobrecoxa de frango, peito de frango, filé de tilápia, polpa de fruta.

foi a realização tardia de processo licitatório/chamamento público. Devido ao receio de ficar sem fornecedor de gêneros alimentícios por um período, quando os contratos estão findando-se o setor de alimentação escolar realiza pedidos maiores para manutenção do estoque por maior tempo. Tal prática é realizada na tentativa de que a qualidade da merenda servida não seja afetada, porém um estoque maior eleva o risco de ocorrer vencimento dos produtos. Ainda, conforme demonstrado algumas unidades escolares não possuem espaço para estocar grande quantidade de alimentos. Por fim, as hortaliças e frutas não podem ser armazenadas por muito tempo.

Outra situação identificada foi o atraso na entrega dos pedidos, pelos fornecedores. Diferentemente do setor privado onde as organizações escolhem os fornecedores conforme lhes convém, aqui deve-se observar os procedimentos legais, logo tanto a contratação quanto o rompimento do contrato são mais burocráticos, o que leva maior tempo.

Conforme observado em outros estudos, aqui ratificou-se que os produtos advindos da Agricultura Familiar possuem qualidade elevada e os produtores foram pontuais nas entregas. Por outro lado, mesmo o setor de alimentação escolar respeitando a sazonalidade da produção, constatou-se que alguns agricultores enfrentaram dificuldades logística na produção.

8. Conclusão

Este artigo explorou a literatura quanto aos cuidados com a logística para se alcançar um produto/serviço final de boa qualidade. Bem como, sua relevância para o setor público, com ênfase para a gestão da alimentação escolar, e as particularidades que os gestores públicos enfrentam. Constatou-se, usando uma metodologia de pesquisa qualitativa com aplicação de questionários, que os problemas logísticos frequentes na esfera pública são reproduzidos no setor de alimentação escolar do Município de Aparecida do Taboado-MS. Os resultados e discussão expuseram de forma estruturada os principais problemas verificados e percebeu-se que afetam negativamente a qualidade do cardápio ofertado.

Diante o exposto, pode-se afirmar que o processo logístico eficiente na aquisição de suprimentos para a alimentação escolar é imprescindível para manter o adequado valor nu-

tricional do cardápio e atender aos princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Sendo que as atividades logísticas do setor público que mais influenciam no nível de serviço da alimentação escolar são: as compras, o processamento de pedidos e a manutenção de estoques enquanto os fornecedores desse setor devem atentar-se para as atividades de planejamento, de produção e de transporte.

9. Referências

BRASIL. Cartilha Nacional de Alimentação Escolar. Ministério da Educação. 2014. Brasília/DF. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>. Acesso em 21/07/2019.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União. 2009; 16 jun. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 21/07/2019.

BRASIL.. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em 21/07/2019.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/acesibilidade/item/3106-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-10-de-agosto-de-2006>. Acesso em 21/07/2019.

ISSA, R. C.; MORAES, L. F.; FRANCISCO, R. R. J.; SANTOS, L. C.; ANJOS, A. F. V.; PEREIRA, S. C. L. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. Rev. Panam Salud Publica. 2014; 35(2): 96–103. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rpsp/2014.v35n2/96-103/>. Acesso em 05/07/2019.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Ciência & Saúde Coletiva, 20(11):3533-3546, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015001103533&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05/07/2019.

MARQUES, A. C. C.; BARATA, A. J. S. S.; ALVES, R. R. Análise de fornecimento de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de São Gabriel-RS. Ciência e Natura, vol. 38, núm. 2, maio-agosto, 2016, pp. 906-912. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=467546204029>. Acesso em 10/07/2019.

MENDONÇA, L. C. U.; BATISTA, J. C. P.; NASCIMENTO, A. C.; SÁ, M. S.; LEITE, D. T. B. S. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma Análise da Importância da Logística de Distribuição. 1º Congresso de Gestão, Negócios e Tecnologia da Informação – CONGENTI. 2017, 20 – 23/11. Aracaju/SE. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/congenti/article/view/8434>. Acesso em 13/06/2019.

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão logística. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

SANTOS, S. R.; COSTA, M. B. S.; BANDEIRA, G. T. P. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar(PNAE). Revista de salud publica, v. 18, p. 311-320, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org/co/scielo.php?pid=S012400642016000200014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 09/07/2019.

SILVA, D. B. P.; BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. S.; FILIPAK, A. Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. 2013, 23 – 25 de abril. UNESP. Araraquara, SP. Disponível em: <http://javali.fcav.unesp.br/sgcd/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-pdpp.pdf>.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; JUNIOR, P. C. G. A. Mudanças Organizacionais em Empreendimentos de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Rev. Econ. Sociol. Rural 2015; 53(2):289-304. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000200289. Acesso em: 09/07/2019.

SILVA, M. A.; ROSÁRIO, S. A. F.; SANTOS, R. K. B.; RIBEIRO, M. F.; GOMES, L. S. Processo Logístico: O Caso Da Merenda Escolar no Município De Redenção-CE. II SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UNILAB: “Práticas Locais, Saberes Globais”. 2015, 12-14 de novembro. Disponível em: http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/gerenciar/download.php?arquivo=../submissao/trabalhos/82ebb149e86298c97f0ffec6ea630455.pdf&novoNome=320_PRO-CESSO_LOGISTICO_O_CASO_DA_MERENDA_ESCOLAR_NO_MUNICIPIO_DE_REDENCAO-CE. Acesso em 12/06/2019.

SOUSA, T. J. F.; BRANCO, A. N.; LACERDA JUNIOR, N. T.; DIAS, N. T.; SANTOS, A. S. Gestão De Estoques Para Merenda Escolar: Um Estudo De Caso Em Uma Escola Pública De Ensino Integral Em Ananindeua, Pará. XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - Contribuições da Engenharia de Produção para Melhores Práticas de Gestão e Modernização do Brasil. 2016, 03-06 de outubro. João Pessoa/PB. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_226_319_29977.pdf. Acesso em: 11/07/2019.

TRICHES, R.; SILVESTRI, F. Adequação das Chamadas Públicas para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 44, p. 233-259, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6676>. Acesso em 12/06/2019.

VAZ, J. C.; LOTTA, G. S. A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 1, p. 107-139, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/2399/a-contribuicao-da-logistica-integrada-as-decisoes-de-gestao-das-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em 09/07/2019.

ANEXO I

Questionário aplicado nas unidades escolares municipais de Aparecida do Taboado-MS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UAB – Universidade Aberta do Brasil – Polo de Aparecida do Taboado - MS

Curso de Especialização em Gestão Pública

Este questionário servirá de apoio ao trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública.

RESPONDER SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DURANTE O ANO DE 2018

Questionário a ser preenchido pelos servidores das unidades escolares (cozinheiras, auxiliares de cozinha, diretoras, coordenadores).

Nome da Unidade:

Data: ____/____/____

Cargo do respondente:

Tempo na função:

1. Qual a maior dificuldade para seguir o cardápio elaborado pela nutricionista? (Pode marcar mais de uma opção)

() falta do alimento no dia em que deve ser preparado e servido.

() deficiência de servidores na cozinha.

() Baixa aceitação de alguns alimentos pelos alunos.

() Outro(s): Qual(is)?

2. No período, faltou algum alimento do cardápio?

() Não.

() Sim.

3. Se faltou algum alimento, qual o motivo? (Pode marcar mais de uma opção)

() Fornecedor atrasou a entrega.

() Atraso na compra do produto (licitação/chamada pública).

() Produto foi entregue abaixo da qualidade contratada e precisou ser substituído.

() Houve atraso na realização/repasso do pedido para o fornecedor.

() Quantidade entregue foi insuficiente até a próxima entrega.

Faltou alimento por outros motivos. Qual (is)?

4. Faltou merenda no período? (Algum dia deixou de ser servida merenda por falta de alimentos?)

() Sim () Não

Caso a resposta seja sim, justifique:

5. Em relação ao estoque qual (is) das situações abaixo ocorreram na unidade:

() Ocorreu vencimento de produtos no estoque, devido ao excesso, necessitando serem descartados.

() Falta de espaço para armazenar alimentos na despensa.

() Freezers e geladeiras insuficientes para armazenar os produtos perecíveis entre as entregas.

() Deterioração de alimentos devido às condições de armazenamento.

() Outras situações. Qual (is)?

6. Das situações abaixo quais descrevem a qualidade dos gêneros alimentícios e das empresas fornecedoras:

➤ **Hortaliças e frutas foram entregues em condições:**

() de boa qualidade; () qualidade inferior ao esperado; () inapropriadas para o consumo, necessitando realizar a troca.

➤ **Fornecedor entregou:**

() Carne/Frango/Peixe descongelando/ descongelados

() Produtos foram entregue muito próximo do vencimento.

() Entrega de produto inapropriado para o consumo, houve troca/recusa do recebimento.

Obs.:

7. Durante o ano letivo de **2018**, foram adquiridos gêneros alimentícios (hortaliças e frutas) da **Agricultura Familiar**. Assinale as alternativas que representam os fatos ocorridos durante a vigência dos contratos.

() Os produtos entregues por estes fornecedores apresentavam melhor qualidade se comparado aos mesmos produtos entregues por outras empresas.

() Produtores atrasaram as entregas - () com muita frequência; () raramente.

() As entregas aconteceram no prazo combinado.

() Notou-se maior facilidade para dialogar/resolver problemas com os fornecedores da Agricultura Familiar do que com os representantes das demais empresas.

() Outras situações observadas nas entregas da Agricultura Familiar. Descreva.

8. Deixe uma sugestão para a melhoria da merenda escolar no município.
